



Anais da Assembléia

N.º 59

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 52.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1985.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acir Mezadri, Odeni Mongruel, Sabino Campos e Tadeu Lúcio Machado (4).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO- procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Sob o n.º 002/85-C.A., do Senhor Deputado PAULO FURIATTI- Presidente da Comissão de Agricultura deste Poder, informando que foi indicado o Deputado SABINO CAMPOS,

como seu representante no "Grupo de Trabalho com a finalidade de ser efetuado um diagnóstico da situação higiênico-sanitária do abate, industrialização e comercialização de carnes e derivados no Estado do Paraná", atendendo convite da Secretaria de Estado da Agricultura. Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a Proposição n.º 81/85, e referente a convênios de cooperação administrativa e financeira de 17.12.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria das Finanças, a EMOPAR e os municípios de Altônia, Bela Vista do Paraíso, Jesuítas, Lapa, Realeza, São João, Sertaneja, Tapejara, Terra Rica e Verê, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as Agências de Rendas dos Municípios acima citados.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 69/85, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n.º 95/85, que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela Administração Direta.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora DULCE MARTINS DO NASCIMENTO, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado Ciência à família enlutada, à Av. Humberto de Alencar Castelo Branco, n.º 373, Cajuru, Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento da Senhora DULCE MARTINS DO NASCIMENTO deixa lacuna numa das mais tradicionais famílias

paranaenses, causando muita tristeza e dor aos familiares e ao vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade. Pessoa humana, cristã, fiel cumpridora na sua missão de fazer bem ao próximo.

A extinta era viúva do ex-Prefeito Municipal de Clevelândia e ex-Deputado Estadual, Senhor ESTEVAM RIBEIRO DO NASCIMENTO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, em Curitiba, aos 65 anos e idade, do desembargador CLEMENTINO SCHIAVON PUPPI, de tradicional família de Campo Largo, tendo dado de sua vida 32 anos à Magistratura paranaense, dos quais 6 como componente da mais alta Corte de Justiça Estadual. Requer ainda, que, da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, a inserção de voto de pesar pela morte do Senhor DIRCEU CHIURATTO, ocorrida em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Professor JOSÉ HERÉDIA NAVARRO, ocorrido dia quatorze de junho próximo passado.

O Professor José Herédia Navarro lecionava, desde o ano de 1958, a disciplina de Educação Física no Colégio Estadual do Paraná, tendo dedicado sua competência e sua inegável dedicação à formação de três gerações paranaenses.

Paralelamente, o citado Professor ministrava, junto à Cultura Inglesa, aulas de Língua e Literatura Inglesa, colaborando sobremaneira com uma melhor difusão das Artes entre os jovens daquele estabelecimento.

No ano de 1965, o Professor José Herédia Navarro foi designado para representar a Universidade Federal do Paraná junto à Universidade de Miami -

Ohio (EUA), oportunidade em que ministrou aulas de Língua e Literatura Portuguesa, durante o período de dois meses.

Testemunho vivo da versatilidade marcante, tão presente nos nomes que exercem o magistério, o Professor Navarro sempre marcou sua presença pela imensa comunicabilidade demonstrada junto aos seus alunos e colegas de profissão.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA AUGUSTA PAVAN, ocorrido no dia 17 de junho de 1985, na cidade de Jardim Alegre, deixando 10 (dez) filhos, (47) quarenta e sete netos e (23) vinte e três bisnetos.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, dirigindo-se para:

Vereador Antonio Aparecido Pavan
Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de JARDIM ALEGRE- 86.860.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma do regimento Interno, a inserção de voto de pesar pela morte do Senhor SEBASTIÃO RUBENS NOGUEIRA, ocorrida em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO VECCHI, ocorrido no último dia 14 do corrente na cidade de Campo Mourão e envio de expediente ao filho, senhor Augustinho Vecchi, rua Marechal Floriano Peixoto, 1251.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Augustinho Vecchi, durante sua existência, contribuiu de forma exemplar na construção e crescimento da cidade de Campo Mourão, tanto como pai exemplar, como na qualidade de comerciante próspero e bem conceituado na cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja incluído à Proposição n.º 83/85, de autoria do Deputado Edgard Pimentel, o documento em anexo, abaixo relacionado:

- Cópia de matéria publicada no Jornal "A GAZETA DO POVO", de 26.05.85, de autoria do Coronel Gentil de Almeida Campos.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de acordo com o Artigo 14, Parágrafo 1.º da Resolução n.º 11/60, (REGIMENTO INTERNO), prorrogação por mais dez dias de sua LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar do dia 19 até o dia 29 do corrente mês, conforme LAUDO MÉDICO n.º 016/85, expedido pelo Serviço de Inspeção de Saúde deste Poder Legislativo, em anexo.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

LAUDO MÉDICO N.º 016/85

Aos dezenove dias do mês de junho de 1985 a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Artagão de Mattos Leão concluiu achar-se o mesmo com 410.9=420.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de (10) dez dias de licença, para tratamento, a partir de 19.06.85, em prorrogação.

(a) Médico Chefe da Junta

(a) Membro

(a) Membro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Ubiratã Country Club pela eleição de sua nova Diretoria, ocorrida recentemente naquela cidade, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente eleito, Wilder Bordin.

Através da apresentação de chapa única, foi eleita, por aclamação em

Assembléia Geral, a nova Diretoria do Ubiratã Country Club. Na verdade, sua nova Diretoria traduz, fora de qualquer dúvida, a real necessidade de não somente continuar a desenvolver o trabalho proposto mas, sobretudo, ampliar suas ações, fundamentadas no mais alto espírito associativo.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de requerer o devido e justo registro nos Anais deste Poder Legislativo, votos de congratulações àquela entidade, cujo trabalho e através da nova diretoria, continuará a merecer a confiança, o apoio e o respeito por parte do povo ubiratanense, sendo esta a sua nova diretoria:

Presidente: Wilder Bordin;

Vice-Presidente: Nílto Nunes; Secretário:

Edson Leite; 2.º Secretário: Francisco A.

Nascimento; Tesoureiro: Wanderlei

Sgarione; 2.º Tesoureiro: Frederico

Sommer; Diretor Social: Adilson Gonçalves

Neto; Conselho Fiscal: J. Rodrigues Neto,

Gerson Pereira, Osmar Bertoli;

Departamento Esportivo: José Martins,

Antônio M.G. Gonçalves e José Juppi.

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de apoio ao Departamento de Geociência da Universidade Estadual de Londrina, pela realização do "1.º Seminário Integrado Sobre o Paraná".

Sala das Sessões, em 19.06.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Estender à comunidade londrinense discussões dos problemas que o Estado enfrenta em relação ao meio ambiente, à Agricultura e à urbanização e industrialização. Este é o principal objetivo do "1.º Seminário Integrado Sobre o Paraná", que o Departamento de Geociência da UEL e o núcleo local da Associação e Geógrafos Brasileiros promovem de 27 a 30 deste mês no auditório do BNC.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, solicitando a criação, urgente, de uma

Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Porecatu, no Estado do Paraná.

Tal solicitação se deve em virtude de, naquele município, haver processos em tramitação por mais de 10 anos, trazendo sofrimento e desesperança aos trabalhadores daquele município.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial da Casa a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, propondo a instituição, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, de uma Unidade de Produção de soro anti-ofídico para atendimento não só da população paranaense como dos Estados vizinhos, em suas áreas limítrofes.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Governador do Estado e aos Secretários de Estado da Educação e da Administração, solicitando anistia para professores em estágio probatório que incorreram em processo disciplinar administrativo por faltas, conforme justificativa à parte.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Cerca de uma centena de professores, remanescentes do último concurso, nomeados em janeiro de 1984, que se encontram ainda em estágio probatório, foram incursos em processo disciplinar-administrativo por terem faltado às aulas nos estabelecimentos de ensino em que foram lotados.

Há que se considerar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que na maioria desses casos, esses professores se encontravam no exercício de dois cargos de magistério, de um no local de domicílio da família, e do outro em local distante do primeiro, variando de caso para caso, desde 100 até mais de 500 quilômetros de distância de um local para o outro.

Muito desses professores utilizaram-se de meios estratégicos que diretores de escolas e inspetores de

Curitiba, quarta, em 19.06.85

ensino lhes ofereceram, tais como, ficar com o cargo à disposição em Secretaria do estabelecimento, para cumprimento da carga horária semanal, sem serem obrigados a regerem classe.

Em seus lugares, foram colocados outros professores para reger classe, e suas deslocações eram facilitadas para determinados dias da semana, sem prejuízos desses professores. As frequências foram remetidas ao Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Educação, como sendo regulares, sem ocorrências de muitas faltas ao trabalho.

Entretanto, subitamente, a partir do mês de agosto de 1984, a Secretaria de Estado da Educação baixou diligências em todos os Núcleos Regionais de Ensino, para apurar essas ocorrências administrativas. Para espanto dos próprios professores em estágio probatório, surgiram faltas ao trabalho nos dias em que eram dispensados do exercício de seus cargos. Como diz o ditado popular, a corda rebentava para o lado mais fraco. Se isso não ocorreu com todos os professores, pelo menos uma boa parte deles foi surpreendida por essa decisão administrativa, muito menos por culpa do órgão central da SEED, mas, muito mais em decorrência dos acertos feitos anteriormente entre diretores de escolas, inspetores e os interessados, com a negação posterior simulada por registro de faltas, diante das pressões da SEED.

Sem dúvida nenhuma, a Secretaria de Educação, através de sua Assessoria Jurídica, deu a todos esses professores a oportunidade de defesa, mas, diante de fatos consumados, não há o que argumentar a favor dos mesmos.

Hoje, a maioria desses professores conseguiram remoção para o local de domicílio familiar ou em local mais próximo, e estão cumprindo regularmente seus compromissos profissionais, mesmo sem receber nada nesse período em que estão incursos em processo administrativo.

Se houve erros no passado, erros esses configurados em faltas ao trabalho, especialmente na regência de classe, devem ser computados parte à parte, aos professores e a elementos da administração pública que foram coniventes com esse estado de coisas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho certeza de que casos dessa natureza ocorreram com pessoas ligadas a compromissos pessoais ou políticos de Vossas Excelências. Vivemos hoje uma nova era de democracia plena em nosso País, com o advento da Nova República. As mazelas do passado devem ser esquecidas para construirmos um Brasil novo, conscientes que estamos de nossos compromissos com o povo e a República.

No Paraná, Estado de destaque no cenário político nacional, a Educação tem caminhado a passos largos para a consolidação dessa democracia, principalmente na área da Educação, graças a medidas adotadas pela Professora Gilda Poli Rocha Loures e pelo Governador José Richa. Hoje, o Paraná é o Estado que mais bem paga o magistério, sendo que em julho próximo terá um reajuste salarial de 95.2%. Hoje, no Paraná, há eleição direta para Diretores das Escolas Estaduais, e a Constituinte é discutida nas Escolas, onde o regimento escolar é debatido com a participação de todos, professores, alunos e pais, como num debate de constituinte escolar. Hoje, no Paraná, há isenção de taxas de matrículas, e a taxa de contribuição comunitária nas escolas públicas estaduais foi a mais baixa de todas nos últimos dez anos. Hoje, a Secretaria de Estado da Educação tem uma infraestrutura para atendimento aos professores e demais funcionários da SEED, através da Central de Informações, sem necessidade de deslocamento dos interessados até a Capital do Estado ou de qualquer apadrinhamento político.

A anistia a esses professores, em estágio probatório, ressaltados outros aspectos legais do próprio estágio probatório, é uma medida de bom senso, além de ter outras conotações, mesmo de ordem política. Viria em bom tempo, mostrar a todo o Brasil a vanguarda do Paraná em medidas "sui generis", marcadas pelas modificações políticas que se implantam neste País, sem fugir da seriedade administrativa que vem pautando este Governo, mormente a Secretaria de Estado da Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura no intuito da adoção de medidas objetivando auxiliar a construção de curva de nível nas propriedades agrícolas da Municipalidade de Quinta do Sol.

São muitos os agricultores que estão manifestando o desejo de obter maior apoio para suas respectivas propriedades rurais. Este apoio tem havido. Por parte do escritório da ACARPA que funciona naquela cidade muitos são os resultados positivos que já foram alcançados.

Entretanto, este trabalho a nível de assistência ao agricultor, necessita urgentemente ser ampliado. Particularmente no que diz respeito à questão de se

construir curvas de nível. A constatação é feita pelo Excelentíssimo Senhor Mauro de Andrade Martins, Vereador daquela cidade. Ele informa ainda ser da maior importância a participação mais efetiva dessa Secretaria de Estado da Agricultura através de suas vinculadas.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a recuperação do acostamento da PR-317, no seu trecho compreendido ao perímetro urbano da Municipalidade de Peabiru.

O problema relativo a PR-317 já vem vindo de algum tempo atrás. O seu estado de segurança, referente ao acostamento, é péssimo. Muitos acidentes já aconteceram, inclusive.

Tais observações foram feitas recentemente no Plenário da Câmara Municipal peabiruense pelo Excelentíssimo Senhor Octávio Silveira da Silva. Na qualidade de integrante daquele Poder Legislativo, o nobre Vereador salientou ainda que muitos acidentes já ocorreram tendo em vista o estado, a nível de acostamento, que se encontra a mencionada rodovia.

Diante do exposto, espera-se dessa Pasta a adoção de medidas, o mais urgentes possível, visando pôr fim ao problema daquela pista de rolamento.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na iluminação da quadra esportiva existente no Colégio Estadual João Farias da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizada na municipalidade de Nova Cantu.

Os alunos que estudam à noite estão impossibilitados de desenvolverem a prática da educação física, face que a quadra existente naquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino não dispõe de iluminação.

O problema existe há muito tempo.

Entretanto, até os dias de hoje nada se conseguiu fazer, visando garantir que os referidos alunos pratiquem a educação física, que aliás viria cumprir o que estabelecemos currículos escolares a nível de 1.º e 2.º Graus.

Neste sentido, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Educação, um pronunciamento favorável a este Requerimento, que é, inclusive, iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Nova Cantu, Walmick Pereira. Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, encarecendo o envio de materiais, abaixo discriminados, para o seu escritório localizado na Municipalidade de Mariluz.

Na qualidade de Presidente do Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Mariluz e como funcionário da COPEL naquela cidade, o Ilustríssimo Senhor Manoel Neto de Lima está a reivindicar o envio de alguns materiais para o escritório da referida Companhia, sendo os seguintes:

- Uma escivanhã;
- Uma máquina de datilografia;
- Uma máquina de calcular;
- Um ventilador;
- Um bebedouro;
- Um balcão;
- Duas cadeiras;
- Um sofá.

Por se tratar, sem dúvida alguma, de importante solicitação, pois permitirá melhor estrutura burocrática, espera-se dessa Companhia, o encaminhamento de medidas que venham de encontro às reais necessidades do escritório em Mariluz. Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes encarecendo a liberação de recursos para a construção de abrigos nos pontos de taxi e ônibus na Municipalidade de Moreira Sales.

A iniciativa da presente solicitação é do Excelentíssimo Senhor José Ferreira e

Curitiba, quarta, em 19.06.85

Silva. Na qualidade de integrante do Poder Legislativo local, a referida pessoa afirma ser da maior importância a construção de abrigos nos pontos de taxi e ônibus existentes naquela cidade.

Entretanto, para tornar realidade tal proposta, isto só será possível se, efetivamente, essa Secretaria de Estado dos Transportes liberar, o mais breve, recursos capazes de cumprirem a finalidade ora pretendida.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhr Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, no sentido da liberação de máquinas e equipamentos para a implantação de uma mini-oficina de marcenaria na Municipalidade de Roncador.

A iniciativa da presente solicitação parte do Excelentíssimo Senhor Miguel Pereira. Na qualidade de Vereador daquela cidade; aquele integrante do Poder Legislativo apresentou, em reunião realizada recentemente, requerimento no sentido de que a Secretaria de Estado da Educação determine a destinação de máquinas e equipamentos apropriados para a implantação de uma mini-oficina de marcenaria. Na mesma oportunidade, o nobre Edil destacou a importância que se revestirá a instalação de uma marcenaria, pois, sobretudo, permitirá a formação ou aperfeiçoamento da mão-de-obra, notadamente da juventude.

A participação dessa Pasta torna-se imprescindível. Deste modo, espera-se um pronto atendimento ante ao que ora é solicitado, concretizando uma aspiração da comunidade de Roncador, tão bem traduzida nas preocupações da Câmara Municipal, particularmente do Miguel Pereira. Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido da autorização de maior cota de combustível para a delegacia policial localizada na Municipalidade de Sertãoópolis.

O ilustríssimo Senhor Jarbas Barreiros, Delegado daquela cidade, tem

informado constantemente que a cota de combustível atualmente destinada para Sertãoópolis não é suficiente. Por muitas vezes nem é possível proporcionar um atendimento satisfatório à população, notadamente no que se refere às ações de caráter preventivo. O problema, por outro lado, só não é maior graças ao empenho dos que integram aquele organismo de segurança e, também, face ao apoio por parte da Prefeitura Municipal de Sertãoópolis.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se da Secretaria de Estado da Segurança um pronunciamento favorável a presente solicitação, destinando, o mais breve possível, maior cota de combustível.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no intuito de que sejam destacados mais dois policiais a disposições da delegacia de polícia localizada na Municipalidade de Araruna.

O destacamento de mais dois policiais para atuar através do organismo de segurança daquela cidade araruense tem como objetivo maior ampliar o trabalho de proteção junto aos municípios, proporcionando-lhes, conseqüentemente, maior tranqüilidade.

Neste sentido, espera-se da Secretaria de Estado da Segurança Pública o encaminhamento de medidas que possam resultar no atendimento do que ora é solicitado cuja reivindicação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Araruna, Osvaldo Valarini.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Doutor José Olímpio de Paula Xavier, solicitando estudos com vistas a tornar obrigatório aos órgãos da administração direta e indireta a contratação de garçons formados pelo SENAC.

A medida possui um caráter eminentemente social e busca valorizar o curso oferecido pelo SENAC, que procura formar profissionais qualificados para o

exercício da função.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor CLAUD GERMER, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, para que o mesmo elabore estudos sobre a implantação de um Posto da Cafe do Paraná, junto ao Município de Itaguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Itaguaçu vem se desenvolvendo com grande rapidez, como podemos observar de acordo com o quadro geral de sua produtividade, conforme cópia que segue em anexo.

Já são muitos os produtores de diversos naquela região, face a este motivo, o município necessita com urgência de um Posto da Cafe do Paraná, pois com isso, pouparia em grande parte o tempo dos mencionados produtores.

A presente solicitação está sendo feita pelo senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB, bem como pelos produtores rurais daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Francisco Dornelles, solicitando do mesmo providências no sentido de conceder uma prorrogação, tipo moratória com juros subsidiados, aos contonicultores da região de Paranaity, no Noroeste do Paraná.

A medida se deve ao impasse gerado pela impossibilidade dos produtores saldarem os débitos dos financiamentos assumidos perante à rede bancária.

A situação se origina dos elevados custos financeiros do crédito agrícola e ao fato de que a maioria dos agricultores perdeu a safra em função de intempéries, sendo que, não se sabe porque motivos, somente uma minoria teve ressarcido parte dos prejuízos pelo seguro.

Coloca-se, também, na Ordem do Dia, a necessidade urgente do Banco do Brasil voltar a ser um banco essencialmente agrícola.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, solicitando do mesmo a realização de estudos com vistas a apresentação de um projeto de lei que atribua ao Poder Executivo a responsabilidade financeira referente ao pagamento mensal das taxas decorrentes do consumo de água e de energia elétrica, lançada aos templos religiosos.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dada ciência ao senhor Vereador Paulo Montovani, na Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, solicitando do mesmo estudos com vistas à criação no Quadro Próprio do CRE do cargo de Agente Auxiliar de Fiscalização.

O novo cargo seria preenchido pelos atuais ocupantes do cargo de Conferente, que já exercem esta função, na prática, há mais de dez anos, atuando como verdadeiros Agentes Fiscais, particularmente nas cidades de fronteira.

A medida, além de seu elevado conteúdo social, irá valorizar significativamente uma categoria que vem oferecendo uma contribuição decisiva em um setor tão essencial como é o da arrecadação tributária.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Schwartz, solicitando do mesmo a sinalização e o roçamento do matagal na BR-376, trecho entre Jandaia do Sul e Apucarana.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Jandaia do Sul e ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB naquele município.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

Curitiba, quarta, em 19.06.85
(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor CLAUS GERMER, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, para que o mesmo elabore estudos, junto à Cafe do Paraná, a fim de que seja instalado um Posto deste mesmo órgão no Município de Itaguajé-PR.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Itaguajé, é um grande centro polarizador da agricultura daquela região, onde se vê principalmente o cultivo de lavouras brancas, como algodão (2.200 ha); arroz (100 ha); amendoim (100 ha); milho (600 ha), entre muitos outros.

A instalação de um Posto da Cafe do Paraná, junto ao Município de Itaguajé, auxiliaria muito a agricultura daquela região.

A presente solicitação está sendo feita pelo Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB, daquele Município, bem como pelos Senhores agricultores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado NILSO SGUAREZI, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que o mesmo determine maior urgência no trâmite do Projeto de Lei de n. 49/85, que se encontra tramitando por esta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei acima referido, refere-se à Doação do Governo do Estado, de lotes de terrenos, situados junto ao Município de Sabáudia, para que seja iniciada as obras para o Ginásio Municipal de Esportes.

Face ao exposto, solicitamos à máxima atenção, para tramitação do mesmo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando que o Projeto de Lei 411-A, entre o mais rapidamente

possível na Ordem do Dia da Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A redução da jornada de trabalho de oito para seis horas é uma antiga reivindicação dos funcionários da Caixa Econômica Federal. Portanto, não devemos poupar esforços no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei n.º 4111-A, que regulamenta esta reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHÁ, Governador do Estado do Paraná, sugerindo o envio de projeto de lei a esta Assembléia, autorizando a COPEL, a conceder donativos nas contas mensais das entidades de cunho assistencial.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que as entidades assistenciais e beneficentes lutam com dificuldade para manter um bom nível de atendimento a população;

Considerando, ainda, que as entidades de cunho assistencial e beneficente, necessitam de subsídios para o desenvolvimento de seus programas assistenciais e sociais;

Considerando que é função do Estado propiciar meios para melhor subsistência de entidades que trabalham em benefício da coletividade.

Ressaltamos ainda, o fato de que já fizemos um pedido de isenção e que este foi negado em função de uma proibição legal. Para tanto, estamos remetendo em anexo cópia do Decreto n.º 19.690, de 7 de outubro de 1982, do Estado de São Paulo, que encontrou uma forma legal para contornar o problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Câmara dos Deputados, sugerindo que seja conferido caráter de urgência para a apreciação do projeto de lei do Deputado Roberto Freire que institui as eleições diretas para reitor.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Os eventos da Nova República começam a

soprar em diversos setores da vida nacional.

E, em todos, a lufada democrática já produz resultados alentadores, fazendo renascer as condições de tornar este País melhor em prazo mais curto.

Todavia, em algumas áreas a chegada destes novos ares está sendo retardada, o que as coloca fora de sintonia com o restante da sociedade brasileira, atrasando-as, e, conseqüentemente, atrasando o País.

Destas, a mais notável é a Universidade. Centro, por excelência, dos debates e discussões da vida intelectual e cultural de uma Nação, laboratório de idéias que possibilitem estruturar seu desenvolvimento, a universidade deve ser, por issomesmo, uma das mais fortes trincheiras da resistência democrática.

A Universidade brasileira, contudo, constituiu-se em um dos domínios que primeiro se deixaram conquistar pelo arbítrio após o golpe de 1964, e está sendo dos últimos a deles se livrar, após se ter prestado, ao longo destes vinte e um anos, a toda sorte de violências e ignomínias.

As exceções, honrosas e heróicas, não bastam para destruir a regra. A luta dos segmentos democráticos da universidade, no entanto, jamais cessou, e tem sido implacável.

E hoje, ela pode ser, inteira, contida em uma única e decisiva reivindicação, capaz de, por si só, produzir a democratização da vida acadêmica: as eleições diretas para reitor.

Com efeito, é hoje absolutamente amadurecido na comunidade universitária que tal medida recolocaria a Universidade em sintonia com o restante do País, fazendo-a compartilhar dos novos tempos, e nela produzindo os efeitos benéficos já tão satisfatoriamente verificados em outros setores da vida nacional.

Ao Paraná (Estado pioneiro nas eleições para Diretor das escolas públicas) esta questão interessa de modo particular, uma vez que as Universidades Estaduais já estão em franco processo de discussão das diretas para reitor.

Na verdade, é injustificável que tais eleições ainda não estejam adotadas, quando a evolução política brasileira já é tão palpável. Sua doação já tarda em demasia. E o projeto de lei do Deputado Roberto Freire que altera o artigo 16 da Lei n.º 5540/68 para instituí-las definitivamente, nos parece hoje o caminho mais curto. Esta é a razão pela qual entendemos deva ele ser aprovado em regime de urgência. A Universidade e mais que ela, a sociedade - brasileira não pode mais esperar.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 117/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sacerdote franciscano LEONARDO BOFF.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.
(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

LEONARDO BOFF, nascido em Concórdia-SC, em 1939, é sacerdote franciscano. Doutorado em Munique-Alemanha, é freqüentemente solicitado pelas Universidades e Igrejas da América Latina, Europa e Estados Unidos, para cursos e conferências. Mobilizou-se em Teologia Sistemática nas Universidades de Munique, Oxford e Würzburg. É o coordenador responsável pelas publicações teológicas da Editora Vozes e Redator das Revistas REB e Concilium, professor de Teologia no Instituto Filosófico - Teológico Franciscano de Petrópolis e do CEFEPAL da mesma cidade.

O "Curriculum Vitae" que anexo apresentamos melhor esclarece a sua grande obra na Pátria brasileira.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Estado, como entidade superior da sociedade política, tem, na busca do bem do homem, o seu fim maior.

Este princípio basilar da sociedade é buscado nas lições dos sábios que viveram a posição do homem na sociedade, desde a Grécia antiga de Aristóteles e Platão, até os nossos dias. A busca do bem comum significa sobretudo a sobrevivência do grupo social organizado, sobrevivência através da correção dos desníveis causados pela fome, pela falta de justiça, pela ausência de saúde. Sobrevivência e desenvolvimento é a barreira abstrata que devemos levantar para que o grupo social impedido de despencar no cone da morte, medo que se aproxima com o futuro aí com as gentes abatidas por toda a sorte de infortúnios.

Porisso mesmo, nós médicos e aqui representantes do povo, temos em alta conta todas as medidas de natureza pública que assegurem a saúde da população. Um problema nesse campo está a nos chamar a atenção: a falta de soro, anti-oftídico na rede de farmácias e nos laboratórios. O fenômeno se dá em todo o Brasil e pede providências de quantos tenham cuidados com a saúde pública. A imprensa está repleta de notícias dando conta da escassez de soro anti-oftídico no mercado e seus desdobramentos, com muitas mortes no meio rural. O Ministério da Saúde alega

a falta de recursos e, como o processo de produção desse soro é lento e demorado, hoje o quadro de escassez se agravou. No Paraná está havendo dificuldade na compra de soro nas farmácias. E mesmo a Secretaria de Saúde só dispõe de doses para emergências. Daí nossa proposta de trazer à presença do Poder Público, para atuar como entidade catalizadora do programa de processamento de soro, produto que, sabidamente exige cuidados especiais, o soro poderá ser extraído a partir de cobras, criadas por diversas comunidades rurais que estão se movimentando nesse sentido. Basta a presença motivadora do poder público e teremos no Paraná uma Unidade Produtora de soro anti-oftídico. Neste sentido, estamos apresentando um requerimento à Casa, para que o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, implante uma Unidade de Produção que passe a produzir soro anti-oftídico em território paranaense. Assim essa estará o Paraná cuidando de sua gente, na melhor tradição política na busca do bem comum:

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a chegada da Nova República, os milhões de brasileiros que dependem da Previdência Social, chegaram até a manifestar uma confiança em melhoria do atendimento que vinham recebendo por parte do Governo Federal.

Entretanto, mais de três meses depois de empossado o Governo da Nova República, os previdenciários já chegaram à triste conclusão de que nada melhorou, nada mudou; aquele slogan "MUDA BRASIL", usado durante a campanha das eleições diretas, foi apenas um slogan ilusório, para iludir a família brasileira.

No tocante à Previdência Social, desgrazadamente, o trabalhador aqui mesmo em Curitiba, está tendo que chegar na porta do INAMPS, no centro da Capital do Paraná, às cinco horas da manhã. Não há sequer ônibus que transporte o trabalhador de um bairro de Curitiba até o centro. Um ônibus que passe às 4 horas da manhã numa vila para trazer o trabalhador para ele não perder a hora.

Não quer dizer que ele será atendido às 5 horas da manhã. Ele apenas terá que se apresentar no Posto do INAMPS 5 horas da manhã, ainda numa escuridão, debaixo de frio e de chuva e, este trabalhador terá que ficar o dia inteirinho como se fosse um pedidor de esmolas e não um trabalhador que sustenta esta máquina da Previdência Social.

Daí a nossa estranheza, até dos maus tratos que são ministrados pela Previdência Social do Governo da Nova República, porque a responsabilidade, agora, não é do PDS, não é da ARENA, não é dos governos que passaram pelo Brasil, mas cabe, exclusivamente, ao PMDB que está no poder com o comando do Brasil na mão, que prometeu melhorar a Previdência Social, mas, infelizmente, o nosso trabalhador é tratado com um profundo descaso.

Seria até o caso de exigir que a Previdência Social monte um "Hotel" anexo a cada posto de atendimento, porque quem está doente, que às vezes já tem até uma idade avançada, ele não tem condições físicas sequer de ficar horas e horas enfrentando esta maldita fila do Governo da Nova República, na porta da Previdência Social.

O nosso desejo é que melhore, que acabem com a fila, para dar ao trabalhador um atendimento mais rápido, mais eficiente, mais humano, e que o comando da

Previdência Social não maltrate os previdenciários. Tratamento que não se dá nem a um animal, que merece o nosso respeito, o trabalhador do Paraná que vai aos postos de atendimento do INAMPS, em pleno centro de Curitiba, são tratados com desrespeito, com desumanidade e ao chegar até de madrugada na porta do INAMPS, depois de um dia de espera, acabam voltando para casa sem o necessário atendimento, para não falar naquele irmão trabalhador que acaba morrendo pela precariedade, pela deficiência desta maldita Previdência Social.

O nosso desejo que a Nova República, que o PMDB no mando e comando da República brasileira, melhorem o atendimento ao nosso trabalhador previdenciário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

No Horário das Lideranças, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. Havendo declinado, consulta à Liderança do PFL. Havendo declinado, consulta à Liderança do PDT. Havendo declinado, está encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando prorrogação por mais dez dias de sua licença para tratamento de saúde. **Inclua-se na Ordem do Dia 20.06.85.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 201/84, que cria e extingue cargos na estrutura administrativa do Poder Legislativo, conforme especifica.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 201/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados a Resolução nº 71/80 e os Decretos Legislativos nº 9/82, 481/83 e 482/83, de 21.12.80, 20.01.82 e 30.12.83, ficando, conseqüentemente extintos, na estrutura administrativa do Poder Legislativo, os seguintes empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho:

- 69 - empregos de Datilógrafo
- 116 - empregos de Auxiliar de Serviços Externos
- 3 - empregos de Atendente da Administração
- 6 - empregos de Técnico Senior
- 4 - empregos de Chefe de Gabinete de Liderança.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura administrativa da Assembléia Legislativa os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 1 - Cargo de Diretor Geral Adjunto - Símbolo DAS-2
- 1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 1ª Vice-Presidência - Símbolo DAS-4
- 1 - Cargo de Tesoureiro Adjunto - Símbolo DAS-4
- 5 - Cargos de Diretor Adjunto - Símbolo DAS-4

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência - Símbolo DAS-5

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria - Símbolo DAS-5

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 4ª Secretaria - Símbolo DAS-5

1 - Cargo de Secretário da Comissão Executiva - Símbolo DAS-5

31 - Cargos de Coordenador Adjunto - Símbolo DAS-5

4 - Cargos de Chefe de Gabinete de Liderança - Símbolo DAS-5

6 - Cargos de Assessor Técnico - Símbolo DAS-5

69 - Cargos de Datilógrafo - Símbolo 4-C

116 - Cargos de Auxiliar de Serviços Externos - Símbolo 4-C

8 - Cargos de Atendente da Administração - Símbolo 4-C

Parágrafo Único. Fica vedada, a partir da data da vigência deste lei, a contratação de servidores em regime de Consolidação das Leis do Trabalho, para prestarem serviços nos Gabinetes Parlamentares dos Senhores Deputados.

Art. 3º - Ficam revogados todos os dispositivos que restringem a livre escolha por parte da Comissão Executiva para o preenchimento dos cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Legislativo, ressalvados os requisitos estabelecidos por Lei Federal que regulamentam o exercício da profissão.

Art. 4º - Fica revogado o artigo 25 e seu parágrafo único da Lei nº 7.784, de 14.12.83, bem como a Resolução nº 57/84, que regulamenta sua aplicação e de declarados sem efeitos os atos da Comissão de Movimentação Funcional dela resultantes.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

JORGE MAIA FILHO - Relator.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Para discutir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos votando agora em Redação Final o Projeto de Lei nº 201/84.

E eu sou colhido de surpresa, porque o objetivo da proposição inicial não tem nada a ver com o que redundou numa emenda apresentada em 2ª discussão, na quarta ou quinta-feira passada.

Objetivava o projeto inicial, valorizar o Assistente Jurídico, portador de título ou de Curso de pós-graduação, incluindo os casos de vaga nos quadros da Procuradoria do Estado, entretanto, na oportunidade da 2ª discussão daquela matéria, votou-se nesta Casa uma emenda que não só alterou radicalmente o projeto como altera fundamentalmente o quadro funcional desta Casa e em particular os gabinetes dos Senhores Deputados, pois que os cargos que assistem os nossos gabinetes, atualmente com vínculo da CLT, esses cargos passam agora por este projeto, conforme a emenda a serem cargos em Comissão e o que me estranha, Senhor Presidente, é que nós, pelo menos eu, particularmente, entendo que eu deveria e como eu, todos os Deputados, serem consultados se devia ou não, se era de conveniência ou não aos gabinetes dos Senhores Deputados tal alteração.

E lembro ainda, Senhor Presidente, que pelo substitutivo, revoga-se, e o que é mais grave, no artigo primeiro, de que ficam revogados a Resolução 71/80 e os Decretos Legislativos 9/82, 491/83 e 492/83, quando esses decretos não têm nada a ver com o propósito e objetivo da lei, portanto é uma providência que a Casa

precisa tomar, porque os Decretos 491 e 492, não têm relação com a matéria.

Para dizer mais, na administração anterior esta Casa contratou uma firma altamente especializada em Administração Pública, que cobrou vultoso recurso e apresentou em resultado o trabalho desta empresa, resultou na lei votada em final de 1983/84, vou dar o número da Lei a Vossa Excelência, Lei nº 7.784, de 14.12.83, que mudou substancialmente o quadro da Administração, isto foi agora, foi ontem e agora, pela nova emenda, altera-se novamente, substancialmente, radicalmente o quadro desta Casa.

Além da inconstitucionalidade flagrante, que a mim me parece representar este projeto, eu discordo também pela forma que se votou, não quero nem entrar no mérito, Senhor Presidente, e por nós também Deputados, como eu, parece que a grande maioria não foi consultada, além do que, repito, o Artigo 1º que faz menção aos Decretos Legislativos que são revogados, não são eles o objeto da proposição.

Desta forma, solicito ao Senhor Presidente, que esclareça à Casa qual será o procedimento da Mesa Executiva em relação a esses decretos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão. Encerrada a discussão, a Mesa esclarece ao Deputado Basílio Zanusso que realmente houve um equívoco na numeração e que ela foi consertada de acordo com o Artigo 9º do Regimento Interno, Artigo 140, parágrafo 9, a emenda em Redação Final só será admitida para entrar em correção em coerência absoluta com o manifesto. Está assim decidida a questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado.

Votação, aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 37/85, (Mensagem nº 40/85 - ex-Proposição nº 45/85), que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os Termos de Convênio celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios de Apucarana e São João, em 01.11.84; Assaí e Ibiaporã, em 09.11.84; Pato Branco, Marechal Cândido Rondon, Braganey e Vera Cruz do Oeste em 19.11.84; Assis Chateaubriand, em 25.10.84; Terra Roxa, em 26.10.84 e São Tomé, em 31.10.84, objetivando o engajamento dos referidos municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 38/85, (Mensagem nº 45/85 - ex-Proposição nº 50/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira,

Curitiba, quarta, em 19.06.85

celebrados em 22.11.84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do projeto PROSAFRAS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22.11.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Centenário do Sul, nº 56/84; Iporã, nº 114/84; Jesuítas, nº 136/84; Manoel Ribas, nº 156/84; Mirassol, nº 171/84; Missal, nº 172/84; Presidente Castelo Branco, nº 219/84; Renascença, nº 231/84; Santa Inês, nº 252/84; Santa Fé, nº 250/84; Sertaneja, nº 282/84 e Tupãssi, nº 299/84, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 42/85, (Mensagem nº 07/85 - ex-Proposição nº 09/85), que aprova Convênio nº 04/84 celebrado em 20.11.84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, o município de Toledo e o CEAG/PR, objetivando implantação e manutenção de escritório do CEAG/PR, na cidade de Toledo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio nº 04/84, celebrado em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, com a interveniência da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, o município de Toledo e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná - CEAG/PR, objetivando a implantação e manutenção de escritório do CEAG/PR, na cidade de Toledo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 43/85, (Mensagem nº 11/85 - ex-Proposição nº 13/85), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 12.11.84, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando dar atendimento à Legislação Federal e Estadual relacionado com uso e ocupação do solo, e a proteção ambiental da região litorânea do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, em 12 de novembro de 1984.

através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, objetivando dar atendimento à Legislação Federal e Estadual relacionada com o uso e a ocupação do solo e a proteção ambiental da região litorânea do Estado.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 44/85, (Mensagem nº 19/85 - ex-Proposição nº 21/85), que aprova o 3º Termo Aditivo nº 011/84 de 22.11.84 ao Convênio nº 22/82 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 18.11.82, através da Secretaria dos Transportes e a GEIPOP, objetivando prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o 3º Termo Aditivo nº 011/84, de 22 de novembro de 1984, ao Convênio nº 22/82, celebrado entre o Estado do Paraná, em 18 de novembro de 1982, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP, objetivando a prestação de serviços de assistência e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 45/85, (Mensagem nº 30/85 - ex-Proposição nº 33/85), que aprova Termo de Convênio nº 004/85/0035, em 28.01.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e a INFRAERO, objetivando prestação de serviço especializado de salvamento e combate a incêndio no Aeroporto de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio nº 004/85, celebrado em 28.01.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, objetivando a prestação de serviço especializado de salvamento e combate a incêndio no Aeroporto de Londrina.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 46/85, (Mensagem nº 37/85 - ex-Proposição nº 42/85), que aprova convênio e Termos de Retificação e Ratificação de 30.07 e 13.08.84, celebrados entre o Ministério do

Trabalho através da Secretaria de Emprego e Salário e o Estado do Paraná, tendo como interveniente-conveniente a Secretaria da Indústria e do Comércio, visando a implementação do SINE, no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio SINE/MTh 22.14.84, de 27 de fevereiro de 1984 e dos respectivos Termos de Retificação e Ratificação, datados de 30 de julho e 13 de agosto do mesmo ano, celebrados entre o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Emprego e Salário, e o Estado do Paraná, tendo como interveniente-conveniente a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, visando a implementação do Sistema Nacional de Emprego SINE, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dulce Martins do Nascimento, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Clementino Schiavon Puppi, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dirceu Chiuratto, ocorrido no município de São José dos Pinhais. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adnail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor José Herédia Navarro, ocorrido no dia 14 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria A Augusta Pavan, ocorrido no dia 17 de junho do corrente ano, no município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a remessa de projeto de lei a esta Casa, autorizando a COPEL a conceder donativos nas contas mensais das entidades de cunho assistencial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Câmara

dos Deputados, encarecendo para que o Projeto de Lei 411-A, entre o mais rapidamente possível na Ordem do Dia da Câmara Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, objetivando caráter de urgência para a apreciação do projeto de lei do Senhor Deputado Roberto Freire, que institui as eleições diretas para reitor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao Departamento de Geociência da Universidade Estadual de Londrina, pela realização do 1º Seminário Integrado sobre o Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria de Finanças, objetivando o encaminhamento de materiais para o seu escritório localizado no município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a liberação de recursos para a construção de abrigos nos pontos de taxi e ônibus do município de Moreira Sales. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, objetivando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na iluminação da quadra esportiva existente no Colégio Estadual João Farias da Costa - Ensino de 1º e 2º Graus, no município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a recuperação do acostamento da PR-317, no trecho compreendido ao perímetro urbano do município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, objetivando auxiliar a construção de curva de nível nas propriedades agrícolas do município de Quinta do Sol. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Ubiratã Country Club, pela eleição de sua nova diretoria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Publiesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente desta Casa, para que o mesmo determine maior urgência ao trâmite do Projeto de Lei nº 49/85, que se encontra tramitando por esta Casa. **À Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Publiesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine a CAFE DO PARANÁ, a instalação de um Posto do mesmo no município de Itaguajé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e Administração, encarecendo anistia para professores em estágio probatório que incorreram em processo disciplinar administrativo por faltas, conforme justifica à parte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a sinalização e o roçamento do matagal na BR-376, trecho entre os municípios de Jandaia do Sul e Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, objetivando a criação no Quadro Próprio do CRE, do cargo de Agente Auxiliar de Fiscalização. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a apresentação de um projeto de que atribua ao Poder Executivo a responsabilidade financeira referente ao pagamento mensal das taxas decorrentes do consumo de água e de energia elétrica lançada aos templos religiosos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, visando a concessão de uma prorrogação, tipo moratória com juros subsidiados, aos cotonicultores da região de Paranacity, no Noroeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Presidente da República, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Ministro do Trabalho, visando a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento no município de Porecatu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, propondo a instituição, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, de uma Unidade de Produção de soro anti-oftídico para atendimento não só da população paranaense, como dos estados vizinhos, em suas áreas limítrofes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência à Proposição n.º 81/85, oriunda da Mensagem Governamental n.º 91/85, e referente a convênios de cooperação administrativa e financeira de 17 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria das Finanças, a EMOPAR e os municípios de Altônia, Bela Vista do Paraíso, Jesuítas, Lapa, Realeza, São João, Sertaneja, Tapejara, Terra Rica e Verê, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as as agências de rendas dos referidos municípios. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - **(Pela Ordem)**

Vossa Excelência poderia anunciar a que se refere a solicitação.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** Procede a leitura do requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** Está aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Vecchi, ocorrido no dia 14 de junho do corrente ano, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Rubens Nogueira, ocorrido no município de São José dos Pinhais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a liberação de máquinas e equipamentos para a implantação de uma mini-oficina de marcenaria no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo maior quota de combustível para a delegacia policial do município de Sertãoópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando

o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando o destacamento de mais dois policiais à disposição da delegacia de polícia do município da Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, objetivando a implantação de um posto da CAFÉ DO PARANÁ no município de Itaguajé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, visando tornar obrigatório aos órgãos da administração direta e indireta a contratação de garçons formados pelo SENAC. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja incluído à Proposição n.º 83/85, de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, cópia de matéria publicada no jornal A Gazeta do Povo, de 26 de maio do corrente ano, de autoria do Coronel Gentil de Almeida Campos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 69/85, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n.º 95/85, que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela administração direta. Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - **(Pela Ordem)**

Vossa Excelência poderia novamente determinar a leitura do inteiro teor do requerido?

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** Procede a leitura do requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não consigo.

Senhor Presidente, entender o objetivo do requerimento. Sua Excelência, o líder do Governo, pede Regime de Urgência a que projeto de lei, especificamente? Oriundo de Mensagem Governamental, em tramitação nesta Casa? Ou é outro projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** O Projeto de Lei 69/85, Mensagem do Poder Executivo n.º 95/85, que objetiva estabelecer limites autorizativos para a contratação de empréstimos, pela Administração Direta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - **(Para encaminhar)**

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares. Pretendo votar contra e solicitar dos Senhores Parlamentares da Oposição e do Governo que assim

também procedam, na votação deste pedido de urgência do empréstimo internacional que o Governo do Estado procura obter no valor de 66 milhões de dólares para a rolagem de sua dívida.

E baseio a minha posição, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, pelo fato de que esta Casa procurou analisar com seriedade este pedido de empréstimo internacional feito pelo Governador que combatia os empréstimos em dólar.

Para cá trouxemos o Senhor Secretário de Finanças que, na Comissão de Constituição e Justiça, fez a exposição do seu ponto de vista e revelou, inclusive, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de que o Governo pretende, o Governo Nacionalista do PMDB pretende conseguir mais 50 milhões de dólares para pagar dívidas de empresas como o Grupo Attala, as Indústrias Florença, da se "sociedade coisa nostra" de Londrina, cuja origem começa nos balcões de negócios da Secretaria da Indústria e Comércio e termina nos porões do Palácio Iguazu.

Pois bem.

Após a análise do depoimento do Senhor Secretário das Finanças, o ilustre Deputado Ivan Gubert resolveu relatar o processo ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, e apresentou procedente emenda vetando o pagamento de comissões. Na eventual condição de Presidente, ontem, da Comissão de Constituição e Justiça, por ausência justificada do seu Presidente, ao encaminhar a votação deste projeto, alertei ao Plenário que no Diário Oficial da última segunda-feira, aparecera uma autorização governamental ao Secretário das Finanças, para que o Estado do Paraná contratasse mais 10 milhões de dólares com o Bank Manufact, pagando comissões locais da ordem de 0,75 por cento.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares. Eram necessárias as comissões de 18, 9 10 por cento que foram pagas pelo ex-Secretário Erasmo Garanhão, se o Governo agora, o mesmo Governo do PMDB contrata outro empréstimo pagando uma comissão de menos de 1 por cento?

Será, Senhor Presidente, que o Governo do PMDB, que é o sócio majoritário da COPEL, tem menos autoridade no mercado financeiro que aquela empresa que faz empréstimos internacionais sem precisar pagar comissão. Quais são os homens sérios, se é que existem homens sérios no Governo do PMDB. Então, porque, Senhor Presidente, requerer agora regime de urgência, se o Governo já está fazendo empréstimos internacionais, como o publicado pelo Diário Oficial do Estado do Paraná, em data de segunda-feira passada?

É preciso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que esta Casa trate com mais seriedade assuntos que comprometem o futuro deste Estado. E não é possível que apenas o rolo compressor do Governo imponha a sua vontade, sem esclarecer, na totalidade, as dúvidas levantadas por este Parlamento, no cumprimento do seu dever legal.

Este projeto, Senhor Presidente, objeto do pedido de urgência, está nas mãos deste Parlamentar, que solicitou vistas ontem, para que pudesse dar seu voto consciente a respeito do assunto. E a demora deste projeto de lei, na Comissão de Constituição e Justiça, não foi ocasionada pelo descaso do seu relator, Deputado Ivan Gubert, mas sim pela falta de informações da Secretaria de Finanças Públicas. E o Deputado Ivan Gubert apresentou emendas moralizantes ao projeto de lei de autoria do Governo

José Richa. E este Parlamentar, que solicitou vistas, vai estudar o assunto, com a brevidade e com o cuidado que o caso requer, para que possamos mostrar, mais uma vez ao Paraná, a falácia PP, peemedebista, implantada no Palácio.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito desta Casa, que vote contrariamente ao pedido de urgência formulado pelo Líder do Governo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Vossa Excelência está verificando que cinco Parlamentares manifestaram-se contrariamente, e apenas dois ou três Deputados do Governo manifestaram-se a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa entende que Vossa Excelência quer a verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu quero protestar contra o anúncio que Vossa Excelência fez, de que o requerimento tivesse sido aprovado. Pois não é possível, aos olhos nus, de qualquer pessoa que aqui está, e foi verificado que o requerimento não foi aprovado. Protesto contra Vossa Excelência pelo anúncio da decisão, e requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa aceita o protesto de Vossa Excelência e vai consignar em ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Responderam à chamada, 32 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam à chamada, trinta e dois Senhores Deputados.

A Mesa vai proceder a votação do requerimento do Deputado Caíto Quintana.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Um Senhor Deputado aprova.

Não há quorum para votação, somente para prosseguimento da sessão.

(Prossegue a Ordem do Dia)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 295/84, 36/85.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 110/85 e do Projeto de Resolução n.º 61/85.

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento do

Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, solicitando prorrogação por mais 10 (dez) dias de sua licença para tratamento de saúde, a contar do dia 19 até o dia 29 do corrente mês, conforme Laudo Médico n.º 016/15.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 16/85, 36/85, 41/85, 47/85 a 52/85.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e cinco, com a presença dos Senhores Deputados, Márcio José de Almeida, Orlando Pessuti, Nelson Vasconcellos, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Democrático Social os Senhores Deputados Tuguio Setogutte, Francisco Escorsin e Edgard Pimentel, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental de acordo com o artigo 40 parágrafo único do Regimento Interno, o Senhor Deputado Francisco Escorsin. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sulfrágio, verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Nelson Guimarães Vasconcellos e Márcio José de Almeida, para Presidente e Vice-Presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos, agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria, indica a funcionária Iolanda Guimarães Melo de Castro, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo Castro, Secretária da Comissão.

DEP. NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES DE CASTRO

Secretária.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e cinco, com a presença dos Senhores Deputados Sérgio Spada, Airton Cordeiro, Odeni-Mongruel, Djalma de Almeida César, Gabriel Manoel, e Tadeu Lúcio Machado, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental de acordo com o artigo 40 parágrafo único do Regimento

Interno, a Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sulfrágio, verificou-se a apuração dos votos nos nomes da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka e Odeni Mongruel para Presidente e Vice-Presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleita a Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, agradeceu os membros da Comissão a confiança nela depositada. A Senhora Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão.

DEP. AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES DE MELO DE CASTRO

Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dezoito dias do mês de junho de ano de hum mil novecentos e oitenta e cinco, comparecer à Sala de Reuniões o Senhor Deputado Rubens Bueno, Presidente da Comissão de Educação, para presidir a reunião. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente deixa de abrir os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária da Comissão, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

DEP. RUBENS BUENO

Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL

Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e hum dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, mais a presença dos seguintes Deputados: Amélia Hruschka, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Trajano Bastos, Ivan Gubert, Ferrari Júnior e Sabino Campô. Havendo número legal e como nada constasse da hora do Expediente, o Deputado Presidente passou à seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 08/83. Autor Deputado Fiori Luiz. Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA — ALA". Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento no sentido de ser transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 2) Projeto de Lei nº 12/85. Autor Deputado Hermas Brandão. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Cambará, uma área de terras de 1.470m², situado em Cambará, que deverá ser utilizada para a construção do prédio da Prefeitura. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento no sentido de ser transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 3) Projeto de Lei nº 17/85. Autor Deputado Ervin Bonkoski. Concede o Título de cidadão Honorário do Paraná ao senhor "RITULDO PULIDO." Parecer FAVORÁVEL. - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº

27/85. Autor Deputado Homero Oguido. Cria o município de PRADO FERREIRA, com sede na localidade de mesmo nome, e com território desmembrado do município de Miraselva, e divisas constantes do atual Distrito Administrativo. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento no sentido de ser transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 5) Projeto de Lei nº 29/85. Autor Deputado Mário Pereira. Declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE JESUS DE NAZARÉ", com sede e foro no município de Cascavel. Relator Deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 32/85. Autor Deputado Adhail Sprenger Passos. Denomina "GUILHERME KANTOR", a PR 151, estrada que liga São Mateus do Sul/Palmeira via São João do Triunfo PR 151, neste Estado. Relator Deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 7) Projeto de Lei 36/85. Autor Deputado Anibal Khury. Denomina-se de "Prefeito João Batista Distefano" a PR 151, que liga o município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao município de Palmeira. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 37/85. Autor Deputada Amélia Hruschka. Declara de Utilidade Pública o "LAR DO MENOR DOM BOSCO DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro no município de Campo Mourão. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 9) Projeto de Lei nº 53/85. Autor Deputado Roberto Requião. Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESMERALDA", com sede e foro na cidade de Curitiba. Relator Deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 55/85, oriundo da Mensagem nº 82/85. Objetivando autorizar o Poder Executivo, alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m², na Avenida Manoel Ribas, nesta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado conforme matrícula nº 3769, da 1ª circunscrição de Registro de imóveis da comarca de Curitiba. Relator Deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Proposição nº 55/85, oriunda da Mensagem nº 49/85. Encaminhando cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 22/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Relator Deputado Trajano Bastos. Parecer FAVORÁVEL. - APROVADO. 12) Proposição nº 56/85, oriunda da Mensagem nº 50/85. Encaminha cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 07/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Medianeira, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros Públicos. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 57/85. Autor Deputado Sabino Campos e Gernote Kirinus. Dando ao município de São José, a denominação de São José das Palmeiras. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 63/85. Autor Deputado Tadeu Bento França. Declara de Utilidade Pública o "CINE-CLUBE DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá. Requerimento no sentido de ser transformado em diligência junto ao autor. Relator Deputado Ivan Gubert. Deferido. 15) Proposição nº 76/85, oriunda da Mensagem nº 84/85. Encaminhando cópia autêntica do 1º Termo Aditivo de 15/03/85, ao Convênio celebrado em 28/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e a OCEPAR, objetivando dar continuidade à execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do algodoeiro no Estado do Paraná. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Proposição nº 79/85, oriunda da Mensagem

nº 89/85. Encaminhando cópia autêntica do 16º Termo Aditivo de 25.03.85, ao convênio de 02.10.75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Planejamento e o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Proposição nº 80/85, oriunda da Mensagem nº 90/85. Encaminhando cópia autêntica do 6º Termo Aditivo de 15.03.85 ao Convênio de 06.06.79, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços de fiscalização do comércio de produtos Fitosanitários e do comércio de materiais de multiplicação vegetal. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. A seguir os senhores Deputados usaram da palavra: Deputado Ivan Gubert sugere a formação de uma Comissão Especial para concessão de Título de Cidadania; o plenário observa que tal estudo consta do Projeto do novo Regimento. O Senhor Deputado Trajano Bastos pede esclarecimento para sugestões apresentadas e até que ponto foram acatadas, a respeito do Projeto de Microempresas. O Senhor Deputado Hermas Brandão esclarece que debateu o Substitutivo Geral com a Associação de Microempresas; e que estariam satisfeitos com os mesmos e no dia anterior ouviu outras associações de classe. O do Paraná, da maneira como foi colocado, é o que deverá melhor atender às microempresas. Esclarece que na Casa, o Projeto teve um tratamento político. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira solicita que se oficie ao senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, a aprovação do Substitutivo Geral, ficando conseqüentemente prejudicada a tramitação normal da emenda ao Projeto de Lei nº 58/85. O Deputado Presidente solicita o encaminhamento urgente à Comissão de Finanças. O Deputado Ivan Gubert solicita convocação do Senhor Secretário do Planejamento para discutir sobre o Projeto de Lei 69/85, que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a US\$ 63.000.000 (sessenta e três milhões e seiscientos mil dólares) dos EUA, de forma a complementar os recursos necessários para fins que especifica. O Deputado Luiz Alberto Oliveira esclarece que foi aprovado em Plenário a convocação do Secretário das Finanças para esclarecer o assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputados presentes e por mim, Lucia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão.

Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Presidente

Lucia Maria da Veiga Segall

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente esta Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Tadeu Lucio Machado, os Deputados Luiz Alberto Oliveira, Ivan Gubert, Anibal Khury, Nilso Sguarezi, Basílio Zanusso, Hermas Brandão, Trajano Bastos, Nelson Buffara, Caíto Quintana, Antônio Annibelli, mais a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças João Elísio Ferraz de Campos e assessores, com a finalidade de ouvir o Senhor Secretário das Finanças acerca da Mensagem 95/85, na qual o Governador do Estado solicita a esta

Assembleia autorização para o Poder Executivo contrair empréstimo ou obter financiamentos externos, em moeda estrangeira, no montante de US\$63,6 milhões, atendendo o Requerimento do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra à Secretária da Comissão que fez a leitura da Mensagem Governamental 95/85 e posteriormente do requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira. O Senhor Secretário João Elísio Ferraz de Campos expôs as razões que levaram o Poder Executivo a enviar a Mensagem nº 95/85 a esta Assembleia. Os Deputados Ivan Gubert, Luiz Alberto Oliveira e outros, debateram calorosamente com o Senhor Secretário, conforme registro nas notas taquigráficas em anexo. Para finalizar a reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário e demais presentes, encerrando os trabalhos. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputados presentes e por mim, Lucia Maria da Veiga Segall, Secretária.

Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

Lucia Maria da Veiga Segall

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos onze dias de junho de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, compareceram ainda os Senhores Deputados: Ivan Gubert, Basílio Zanusso, Odeni Mongruel, Trajano Bastos e Amélia Hruschka. Verificada a inexistência de número legal, o senhor presidente deixa de abrir a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor Presidente e por mim, Lucia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão.

Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Presidente

Lucia Maria da Veiga Segall

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO.

Aos nove dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para a Sessão de Instalação, com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, Acyr Mezzadri, Eduardo Baggio, Ivan Gubert e Edmar Luiz Costa. Assumiu a Presidência na forma

regimental o senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. Pede a palavra o Deputado Eduardo Baggio, dizendo que como Presidente desta Comissão durante a 2ª Sessão Legislativa, procurou dinamizar os serviços procurando agilizar os trabalhos da Comissão, e que tendo em vista a candidatura do Deputado Acyr Mezzadri, abre mão de sua candidatura para nosso período, em favor do mesmo, para uma melhor harmonia dos trabalhos, agradecendo a confiança: tendo em vista a indicação do Deputado Acyr Mezzadri a Presidente a mesa põe em votação, sendo a indicação aceita por unanimidade dos senhores Deputados presentes. O Deputado Acyr Mezzadri assumiu a direção dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados a sua indicação. A seguir foi proposto o nome do Deputado Eduardo Baggio para Vice-Presidente o qual foi aceito por unanimidade dos senhores membros da Comissão. Foram discutidos diversos assuntos a serem debatidos oportunamente pela Comissão, sendo que o Deputado Adhail Sprenger Passos solicitou que constasse em Ata a sua preocupação no sentido de que esta Comissão reuna-se semanal ou quinzenalmente conforme seja deliberado por seus membros e da necessidade da interiorização dos trabalhos da Comissão. Na oportunidade o Presidente Deputado Acyr Mezzadri agradeceu a confiança de seus pares; designou a mim Raimundo Carlos Capela Pioli para exercer a função de secretário de Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Raimundo C.C. Pioli, secretário, lavrei a presente ATA que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) Deputado ACIR MEZZADRI

Presidente

RAIMUNDO C. PIOLI

Secretário.